



ANÁLISE INFINITA E ESTRUTURA LÓGICA DAS PROPOSIÇÕES CONTINGENTES SEGUNDO LEIBNIZ¹

Vivianne de Castilho Moreira

Doutora em Filosofia pela UFRGS
Professora do Curso de Filosofia da UFPR
vivicmor@gmail.com

Resumo

Este artigo destina-se a investigar que consequências a tese leibniziana de que a distinção modal entre proposições necessárias e contingentes pode ser tratada em termos da distinção entre análise finita e análise infinita acarreta para a estrutura lógica das proposições contingentes. Veremos que, por força daquela tese, a estrutura de uma proposição contingente ganha contornos muito peculiares, de tal modo que não apenas as condições de verdade desse tipo de proposição, mas mesmo suas condições de sentido envolvem uma série infinita, em que pese a experiência nos dispense de percorrer essa série para compreender aquele sentido. Veremos também que a verdade ou a falsidade de uma proposição contingente se determina por sua comparação com o que sucede efetivamente, sendo que sua contingência não requer e não remete a nenhum pretense outro mundo possível no qual seu valor de verdade fosse supostamente diferente de seu valor de verdade neste mundo existente.

Palavras-chave: Proposições de essência. Proposições de existência. Contingência. Análise. Demonstração.

Abstract

This paper is intended to investigate what consequences the Leibnizian thesis that the modal distinction between necessary and contingent propositions may be considered on the basis of the distinction between finite and infinite analysis entails regarding to the logical structure of contingent propositions. As we shall see, thanks to that thesis, the structure of a contingent proposition takes on a very particular shape, in such a way that not only the truth-conditions of such a proposition, but even its sense-conditions involve an infinite series, even though experience dispenses us from going through the whole series in order to understand the sense of the proposition. We shall also see that the truth or falsity of a contingent proposition is determined by its comparison to what really happens, so that its contingency does not require nor evocate another alleged possible world where its truth value would be supposedly different from its truth value in this existing world.

Keywords: Propositions of essence. Propositions of existence. Contingency. Analysis. Demonstration.

1 Este trabalho beneficiou-se de bolsa de pesquisa CNPq.

1 Essência, existência e análise

O presente trabalho é dedicado a explorar algumas consequências, para a estrutura lógica das proposições contingentes, da tese leibniziana de que a distinção entre análise finita e análise infinita se credencia para resguardar, nos planos lógico e epistêmico, a distinção modal entre proposições necessárias e contingentes. Assim delimitado o alvo pretendido, podemos nos poupar de examinar a tese propriamente dita – que anima uma longa controvérsia em torno da competência da distinção entre análise finita e análise infinita para assegurar envergadura lógica à distinção entre necessidade e contingência² – e nos concentrar em seus desdobramentos.

Veremos que a estrutura das proposições contingentes que se depreende da distinção entre análise finita e análise infinita impõe uma especificidade radical no que tange às condições de sentido dessas proposições. Expondo de modo mais preciso, veremos que a distinção entre análise finita e análise infinita tem como desdobramento, segundo Leibniz, que a contingência de uma verdade contingente reside não em poder ser falsa com respeito a outro mundo possível, como sustentam alguns estudiosos³, mas sim na ausência de contradição em se a tomar como falsa com respeito a este mundo de veras existente. Quanto às conjeturas que fazemos tomando por base as proposições que formulamos, seja verdadeira, seja falsamente, a partir de nossas vivências neste mundo, quiçá sequer teriam condições de sentido se comparadas com

2 Ver a respeito Pinheiro (2001). Discuto o assunto em Moreira (2019).

3 Ver Mates (1989, cap. III); Mates (1986, cap. VI, §1). Ver também Ishiguro (1990, cap. IX).

pretensos outros mundos possíveis. Pode-se mesmo duvidar se estaríamos aptos a cogitar uma proposição contingente verificável ou falseável *vis-à-vis* outro mundo possível, sem referência aos conteúdos que nos são acessíveis neste mundo.

Antes, porém, de nos determos nessas questões, é importante lembrar, ainda que sumariamente, algumas conclusões já obtidas alhures e que serão pressupostas aqui com respeito ao fundamento da distinção entre análise finita e análise infinita⁴. Uma dessas conclusões é a de que a análise infinita é uma consequência de duas teses centrais de Leibniz, das quais a primeira é que as proposições existenciais, bem como as proposições essenciais, podem ser submetidas à análise. Conforme Leibniz procura mostrar em suas *Generales Inquisitiones* (doravante: *GI*)⁵, se a proposição não é nem uma identidade estrita – vale dizer, uma identidade conhecida por si –, nem uma contradição expressa – vale dizer, a negação de uma identidade explícita –, ela pode ser analisada. Se se trata de uma proposição essencial, sua análise se faz mediante a resolução dos termos que a integram nos termos que compõem suas respectivas definições, aos quais se acrescenta a afirmação (ou a negação) da essência ou possibilidade, de sorte a completar a proposição essencial que constituirá o passo seguinte da análise. Se se trata, em contrapartida, de uma proposição existencial, esta é analisada graças à resolução de seus termos nos termos que compõem suas respectivas definições, aos quais se acrescenta a afirmação (ou negação) de existência, de sorte a completar a proposição existencial que

4 Ver Moreira (2019).

constituirá o passo seguinte da análise. A cada passo a que se chega, o mesmo procedimento se repete, até que se alcance seja uma identidade, caso em que se obtém a explicação da verdade da proposição, seja uma contradição, caso em que se compreende por que a proposição é falsa. Se, mesmo tendo chegado a esse ponto, a análise continuar até culminar nas noções simples e compreensíveis por si, proporcionará uma explicação plena e *a priori* do valor de verdade da proposição. Nesse caso, se a proposição for verdadeira, sua análise exaustiva conduzirá a uma identidade conhecida por si, que chamaremos de estrita ou absoluta; se a proposição for falsa, sua análise exaustiva culminará em uma negação dessa identidade, que designaremos por contradição expressa ou absoluta.

A segunda tese diz respeito à diferença lógica entre essência e existência: segundo Leibniz, essência e existência são noções logicamente distintas, de sorte que a última não pode ser reduzida à primeira. Aliada à anterior, essa tese tem por resultado, como já antecipado, a infinitude da análise no caso das proposições existenciais, que pode ser sumariamente explicada por meio do raciocínio seguinte. Visto que a existência não pode ser reduzida à mera possibilidade, as proposições existenciais devem necessariamente ser analisadas, vale dizer, toda proposição existencial a que se chegar no procedimento de análise de uma proposição existencial é passível de ser analisada. Afinal, como já lembrado acima, para Leibniz, somente são inanalísáveis a identidade estrita e a contradição expressa. Ora, se uma

5 *Generales Inquisitiones de Analysi Notionum et Veritatum*, publicadas nos *Sämtliche Schriften und Briefe* (doravante AA): AA VI 4, N. 165, pp. 739-788.

proposição existencial for exaustivamente reduzida por análise a uma contradição expressa ou a uma identidade estrita, então a afirmação de existência a ela intrínseca terá sido provada em termos de relações de mera consistência lógica, que são relações que circunscrevem os possíveis enquanto tais. Em outras palavras, nesse caso, a afirmação de existência terá sido reduzida à afirmação de essência, o que, contudo, contrasta com a distinção lógica entre essência e existência já reconhecida precedentemente. Para manter as teses já admitidas, portanto, é forçoso concluir que toda proposição existencial se presta a ser analisada, o que tem por consequência que, no procedimento de análise das proposições existenciais, qualquer que seja a proposição existencial a que se chegar, esta forçosamente se prestará a ser analisada. Por conseguinte, ela não será nem uma identidade estrita nem uma contradição absoluta.

Segue-se daí que o processo de análise das proposições existenciais se estende ao infinito. E segue-se, correlativamente, que as noções dos existentes são infinitamente complexas. Afinal, se a análise se estende ao infinito, forçosamente o conteúdo analisado deve viabilizar essa infinitude; deve, portanto, prestar-se a um desmembramento infinito. Para tanto, deve necessariamente abrigar uma composição infinita.

Segue-se também que as proposições existenciais são forçosamente contingentes: se sua análise se estende ao infinito, então seu valor de verdade jamais pode ser exaustivamente demonstrado. Assim, uma proposição existencial pode ser afirmada, se for falsa, ou negada, se verdadeira, sem que

daí emerge qualquer contradição expressa. Por conseguinte, qualquer que seja a proposição existencial será sempre e forçosamente contingente. Isso em contraste com as proposições essenciais, que, por encerrarem meras asserções de essências ou possibilidades, têm suas condições de verdade restritas à sua consistência interna. E por isso são passíveis de uma análise exaustiva, por extensa que esta possa ser. Diz Leibniz:

Essenciais são as proposições que podem ser demonstradas pela resolução dos termos, ou, dito de outro modo, as que são necessárias, quer dizer, virtualmente idênticas, e seu oposto é impossível ou virtualmente contraditório. Elas são também verdades eternas e se mantêm não somente enquanto o mundo subsistir, mas se manteriam igualmente mesmo se Deus tivesse criado o mundo segundo um outro desígnio [...]. Delas se distinguem completamente as *existentiais*, quer dizer, *contingentes*, que [...] exprimem não apenas o que diz respeito à possibilidade das coisas, mas também o que existe atualmente ou viria a existir de maneira contingente uma vez postas certas condições. (AA VI, iv, p. 1517).⁶

Uma terceira conclusão que também merece menção concerne à tese leibniziana da existência como compossibilidade. Como será detalhado a seguir, essa tese emerge do contraste das duas teses precedentes com a conclusão a que Leibniz chega em seus escritos lógicos a respeito da homogeneidade do comportamento das noções de essência e de existência ao longo do

6 “*Essentiales nimirum sunt quae ex resolutione Terminorum possunt demonstrari; quae scilicet sunt necessariae, sive virtualiter identicae; quarumque adeo oppositum est impossibile sive virtualiter contradictorium. Et hae sunt aeternae veritatis, nec tantum obtinebunt, dum stabit Mundus, sed etiam obtinuissent, si Deus alia ratione Mundum creasset. Ab his vero toto genere differunt Existenciales sive contingentes, [...] talesque sunt, [...] nec tantum exprimunt quae ad rerum possibilitatem pertinent, sed et quid actu existat, aut certis positis esset contingenter extitutum.*”

procedimento analítico. Essa homogeneidade evidencia-se quando se considera os resultados da conversibilidade recíproca entre as proposições de segundo adjacente e de terceiro adjacente. Como Leibniz mostra em suas *GI*, toda proposição da forma sujeito-predicado, pouco importa se se trata de uma proposição existencial ou essencial, pode ser escrita seja como “*S [verbo] P*”, seja como “*SP [verbo]*”. Isso produz, respectivamente, “*S é P*” ou “*SP é*”, se se trata de uma proposição essencial, e “*S existe [sendo] P*” ou “*SP existe*”, se se trata de uma proposição existencial⁷. O mesmo vale, *mutatis mutandis*, se a proposição for negativa. No §144 das *GI*, ele explica:

As proposições são ou essenciais ou existenciais; e ambas são ou de segundo adjacente ou de terceiro adjacente. Uma *proposição essencial de terceiro adjacente* é, por exemplo, “*o círculo é uma figura plana*”. Uma *proposição essencial de segundo adjacente* é, por exemplo, “*uma figura plana que se comporta de um mesmo modo para com um certo ponto é*”; digo “*é*”, isto é, pode ser entendida, pode ser concebida; que dentre várias figuras alguma há que possui esta natureza; é como se eu dissesse: “*uma figura plana que se comporta de um mesmo modo para com um certo ponto é um ser ou uma coisa*”. Uma *proposição existencial de terceiro adjacente*: “*Todo homem é ou existe sujeito ao pecado*”, e efetivamente esta proposição é existencial ou contingente. Uma *proposição existencial de segundo adjacente* é: “*o homem sujeito ao pecado é ou existe, ou é um ser em ato*”.⁸

7 Deixo aqui de lado a abordagem dessa conversão *vis-à-vis* a quantificação, a qual exigiria considerar certas sutilezas na formalização. Em que pese a quantificação seja um elemento formal ineliminável da proposição – “Em toda proposição categórica há sujeito, predicado, cópula, qualidade, quantidade” (“*In omni propositione categorica habetur subjectum, praedictum, copula, qualitas, quantitas*”; *Opuscules et Fragments Inédits* – doravante: *OFI*, V, 8, f, 21 – LEIBNIZ, 1988, p. 77) –, podemos fazer caso omissis dela sem prejuízo para a presente discussão.

8 “*Propositiones sunt vel Essentiales vel existenciales; et ambae vel secundi vel tertii adjecti. Propositio essentialis tertii adjecti ut: Circulus est figura plana. Propositio essentialis secundi adjecti ut: figura plana ad unum aliquod punctum eodem modo se habens, est; est, inquam, hoc est intelligi potest, concipi potest, inter varias figuras est aliqua quae hanc quoque naturam habet; pe-*

De acordo com Leibniz, no procedimento analítico, não convém empregar senão proposições da forma segundo adjacente. Pois visto que, para mostrar ou descobrir o valor de verdade da proposição, é preciso analisar o termo sujeito e o termo predicado das proposições, e visto que as noções de existência e de essência acrescentadas a esses termos nas proposições de segundo adjacente não são nem um nem outro, segue-se que as noções de existência e de essência não fazem parte do que é preciso analisar nas proposições respectivas. O papel dessas noções restringe-se a preservar a modalidade da proposição analisada durante o procedimento analítico. E elas desempenham esse papel na medida em que se transferem aos termos que emergem na análise, de sorte que, a cada passo da análise, se a proposição analisada for uma proposição essencial, a afirmação (ou negação) essencial que ela encerra será transferida aos termos que emergem na análise de seus termos; se, em contrapartida, a proposição analisada for existencial, a afirmação (ou negação) existencial que ela encerra será transferida aos termos que emergem da análise de seus termos. De sorte que, qualquer que seja a diferença entre essência e existência, essa diferença em nada altera o procedimento de análise enquanto tal.

O procedimento analítico, por seu turno, como já sublinhado, apoia-se sobre as noções de identidade e de contradição: trata-se de um procedimento de substituição de equivalentes destinado a verificar se os dois polos da afirmada

rinde ac sidiceremus: figura plana ad unum aliquod punctum eodem modo se habens, est ens sive res. Propositio existentialis tertii adjecti. Omnis homo est seu existit peccato obnoxius, haec scilicet est propositio existentialis seu contingens. Propositio existentialis secundi adjecti: Homo peccato obnoxius est seu existit, seu est ens actu."

relação de equivalência culminam em uma identidade estrita ou não – neste último caso, uma contradição emerge – ou, alternativamente, se os dois polos da negada relação de equivalência evidenciam-se distintos ou não – caso em que, novamente, emerge uma contradição. Se nenhuma contradição emergir, a análise pode ser continuada, salvo se se chegar a uma identidade estrita ou à sua negação. Todavia, visto que as proposições existenciais são efetivamente contingentes, de tal sorte que sua análise jamais finda, vale dizer, jamais dissolve completamente a complexidade das noções dos termos nela articulados, a mera consistência, tomada em geral, não pode ser admitida enquanto fundamento bastante de sua verdade ou falsidade. Portanto, dado que, segundo Leibniz, o teste da consistência constitui o critério para a análise das noções nos dois casos – quer dizer, tanto no caso das proposições essenciais, quanto no caso das proposições existenciais – e dado, também, que a consistência interna é suficiente somente para a verdade das proposições essenciais, Leibniz está autorizado a concluir que a verdade das proposições existenciais deve, certamente, residir em sua consistência, mas não em sua mera consistência interna, já que esta, afinal, é a característica que especifica as proposições essenciais.

Daí resulta, por exclusão, que a verdade das proposições existenciais deve repousar em sua consistência externa, vale dizer, em sua consistência com outras proposições já reconhecidas como verdadeiras. E não basta aqui que esta ou estas proposições já reconhecidas verdadeiras, que integram as condições materiais de consistência externa das proposições existenciais, sejam

proposições essenciais, porquanto as verdades essenciais não bastam para distinguir as verdades existenciais das falsidades existenciais. Afinal, uma proposição que não é consistente com uma verdade essencial é uma proposição que envolve sua negação. Ora, a negação de uma verdade essencial é *eo ipso* a negação de uma proposição necessária e envolve, nesta medida, uma contradição. Trata-se, portanto, de uma proposição necessariamente falsa e, por conseguinte, uma proposição essencial. Ser consistente com as verdades essenciais é, portanto, prerrogativa de todas as proposições que enunciam possíveis, pouco importa se são verdades necessárias ou proposições contingentes e, destas últimas, pouco importa se são verdadeiras ou falsas. Daí resulta, novamente por exclusão, que o valor de verdade das proposições existenciais depende de sua consistência ou não com outras verdades igualmente existenciais. Mais precisamente: a verdade de uma proposição existencial repousa em sua consistência com outras verdades existenciais, ao passo que, para a falsidade de uma proposição existencial, basta sua inconsistência com ao menos uma proposição existencial já atestada verdadeira.

É oportuno sublinhar que, se por um lado, para uma proposição existencial ser falsa basta ser inconsistente com uma verdade existencial qualquer, por outro, e pela mesma razão, para ser verdadeira, uma proposição existencial deve ser consistente não apenas com uma ou uma porção qualquer de verdades existenciais: para ser verdadeira, uma proposição existencial não pode implicar contradição com nenhuma das verdades existenciais; ela deve ser consistente com absolutamente todas as verdades existenciais. Afinal, se duas

verdades existenciais quaisquer fossem inconsistentes entre si, uma contradição seria verdadeira, o que não pode ser admitido.

Inversamente, se uma proposição existencial for consistente com todas as restantes proposições existenciais verdadeiras, ela deve igualmente ser verdadeira. Senão, contrariamente ao já concluído, o teste da consistência não seria suficiente para embasar a certeza da verdade das proposições, ou, o que redundaria no mesmo, a ausência de contradição e, correlativamente, a identidade, não bastariam como princípios da análise das noções. Dizendo de outro modo, esses princípios lógicos não seriam suficientes para a análise lógica, o que já foi recusado. Por conseguinte, para preservar os resultados já alcançados, Leibniz é conduzido a concluir que a existência se determina não apenas pela compossibilidade, mas sim pela máxima compossibilidade: se uma proposição existencial for consistente com qualquer que seja outra proposição existencial verdadeira, então ela também será verdadeira. Eis o que lemos na *GI*, §73:

Mas investiguemos o que significa isto: “*existente*”; pois certamente “*existente*” é “*ente*”, ou seja, “*possível*”, e algo mais. Porém, tendo cogitado tudo, não diviso o que seria concebido em “*existente*” senão algum grau de “*ente*”, visto que “*existente*” pode aplicar-se aos vários entes. Mas não quero dizer com isso que algo existir é algo ser possível, isto é, que “*existência*” é ser possível. Pois nesse caso ela nada seria senão propriamente “*essência*” e, no entanto, nós entendemos “*existência*” como algo atual, ou seja, algo acrescentado a *possibilidade* ou *essência*. Como, nesse sentido, existência enquanto possível futuro resultaria idêntica a atualidade sem atualidade, o que é absurdo, digo, então,

que “existente” é: ente compatível com o que for o mais numeroso, ou seja, ente maximamente possível.⁹

Daí decorrem algumas conclusões importantes. Uma delas é que a interpretação que Russell oferece para a distinção leibniziana entre proposições necessárias e contingentes – segundo a qual estas últimas resultariam da adjunção do conceito de existência a proposições analíticas e, por conseguinte, essenciais, adjunção que teria como resultado proposições sintéticas¹⁰ – não se coaduna com a distinção supradita, tal como Leibniz a apresenta. Afinal, Leibniz é inequívoco, na passagem acima, em rejeitar que a existência deva ser entendida como algo qualitativamente distinto da essência que lhe sobrevenha, em favor da pretensão de tratar a distinção entre essas duas noções em termos quantitativos, como uma distinção de grau: “existência” seria “possível”, e algo mais”, sendo esse algo mais também outro possível, assim compondo um máximo possível. Ademais, a complexidade das noções essenciais é finita, de sorte que acrescentar-lhes um conceito, ou mesmo um punhado finito de conceitos quaisquer – pouco importa se em meio a estes se encontra o conceito de existência ou não – não bastaria para torná-las infinitas. No entanto, como resulta claro, é esse o requisito no caso das noções existenciais: que sejam

9 “Sed quaeritur quid significet τὸ Existens, utique enim existens est Ens seu possibile, et aliquid praeterea. Omnibus autem conceptis, non video quid aliud in Existente concipiatur, quam aliquis Entis gradus, quoniam variis Entibus applicari potest. Quanquam nolim dicere aliquid existere esse possibile seu Existentiam possibilem, haec enim nihil aliud est quam ipsa Essentia; nos autem Existentiam intelligimus actualem seu aliquid superadditum possibilitati sive Essentiae, ut eo sensu existentia possibilis futurum sit idem quod actualitas praescindens ab actualitate, quod absurdum est. Ajo igitur Existens esse Ens quod cum plurimis compatibile est; seu Ens maxime possibile.”

10 Ver Russell (1992, §13, em especial pp. 31-32).

infinitamente complexas. O mesmo raciocínio aplica-se evidentemente ao caso das proposições existenciais.

2 Existência, sentido e verdade

Essas considerações explicitam as razões de Leibniz para considerar a existência como um grau infinito de essência. Conforme já examinado, segundo ele, tanto a existência quanto a essência determinam-se pela consistência ou ausência de contradição. A única diferença entre elas reside em que, contrariamente ao que sucede às proposições de essência, cuja verdade reside na mera consistência interna, a consistência própria de uma proposição existencial requer que se leve em conta também outras proposições de existência. Ora, dado que a demonstração de uma proposição existencial corresponde à demonstração de sua compossibilidade com a totalidade das verdades existenciais, e visto que essa totalidade deve necessariamente envolver uma infinidade de proposições – sob pena das proposições existenciais se reduzirem às essenciais –, segue-se que a demonstração de uma verdade existencial equivale à demonstração da consistência interna da totalidade infinita das verdades existenciais. É importante sublinhar que, visto que a consistência interna concerne à verdade das proposições essenciais, antes que à verdade das proposições existenciais, segue-se que a totalidade infinita das proposições de existência se comporta como uma proposição de essência, antes

que como uma proposição de existência. Eis por que a existência poderia ser considerada como uma soma de essências, ou, mais precisamente, como uma soma infinita de essências, e não como algo diferente da essência que se lhe acrescentaria. Daí se segue que a totalidade dos requisitos para a existência equivale a um grau infinito de essência.

Eis o que parece estar na origem da convicção leibniziana de que, no universo, tudo está ligado a tudo; e na origem também da noção de ponto de vista, intrinsecamente ligada àquela convicção. Afinal, uma e outra não se afiguram senão como consequências ontológicas do modo segundo o qual Leibniz considera a análise das noções e das verdades existenciais. Eis também por que ele pode sustentar, como lemos em sua correspondência com Arnauld, que:

Deus, tomando a solução de criar um tal Adão, considera todas as resoluções que Ele toma no tocante a toda a sequência do universo, mais ou menos como uma pessoa sábia que toma uma resolução com respeito a uma parte do seu desígnio tem-no todo inteiro em vista, e tanto melhor se resolverá se puder se resolver sobre todas as partes de uma só vez. (AA II 2, N. 11, p. 44)¹¹.

Vemos que, aos olhos de Leibniz, uma noção existencial qualquer é intrinsecamente conexa, enquanto noção, ao mundo que a verifica. De tal maneira que poderíamos nos arriscar a sustentar que, segundo ele, não seriam

11 “[...] Dieu, prenant la résolution de créer un tel Adam, a égard à toutes les résolutions qu’il prend touchant toute la suite de l’Univers, à peu près comme une personne sage qui prend une résolution à l’égard d’une partie de son dessein l’a tout entier en vue, et se résoudra d’autant mieux, si elle pourra se résoudre sur toutes les parties à la fois.”

só as condições de denotação das noções existenciais – ou, no caso das proposições, suas condições de verdade – que dependeriam de um mundo qualquer: seria a própria conotação das noções existenciais – no caso das proposições, seu sentido – que se determinaria por sua referência a um mundo possível qualquer. A tal ponto que se poderia afirmar que, para Leibniz, o universo dos possíveis oferece-se à vontade divina não como um amontoado desordenado de noções isoladas pulverizadas previamente disponíveis, de tal maneira que a Deus restaria a tarefa de concatená-las como em um quebra-cabeças, assim montando pretensos mundos possíveis, mas sim como uma estrutura apta a acomodar a construção de mundos possíveis entendidos como unidades anteriores às suas partes. Esse diagnóstico permite lançar luz sobre uma controversa¹² passagem de uma carta a Arnauld, onde Leibniz declara:

Quanto à objeção que os possíveis são independentes dos decretos de Deus, eu concordo quanto aos decretos efetivos (ainda que os Cartesianos não concordem de modo algum), mas sustento que as noções individuais possíveis encerram alguns decretos livres possíveis. Por exemplo, se este Mundo fosse meramente possível, a noção individual de algum corpo deste mundo, que encerra certos movimentos como possíveis, encerraria também nossas leis do movimento (que são decretos livres de Deus), mas também somente como possíveis. Pois como há uma infinidade de mundos possíveis, há também uma infinidade de leis, umas próprias a um, outras a outro, e cada indivíduo possível de algum mundo encerra na sua noção as leis do seu mundo. (AA II 2, N. 11, pp. 46-47, grifo acrescentado)¹³.

12 Ver a respeito Marques (2009).

13 “Et quant à l’objection, que les possibles sont indépendants des décrets de Dieu, je l’accorde des décrets actuels (quoique les Cartésiens n’en conviennent point), mais je soutiens que les notions individuelles possibles enferment quelques décrets libres possibles. Par exemple, si ce Monde n’était que possible, la notion individuelle de quelque corps de ce monde, qui enferme certains mouvements comme possibles, enfermerait aussi nos lois du mouvement (qui sont des décrets libres

Ele insiste:

[...] a ligação que concebo entre Adão e os eventos humanos é intrínseca, mas que ela não é necessária independentemente dos decretos livres de Deus, porque os decretos livres de Deus, tomados como possíveis, entram na noção do Adão possível, esses mesmos decretos tornados efetivos sendo causa do Adão efetivo. Permaneço de acordo com o senhor contra os Cartesianos, que os possíveis são possíveis antes de todos os decretos de Deus efetivos, mas não sem supor algumas vezes os mesmos decretos tomados como possíveis. (AA II 2, N. 14, pp. 72, grifo acrescentado)¹⁴.

3 Algumas arestas: espécies, essências eternas e existentes

Poderia ser alegado que esses resultados aplicam-se somente às noções individuais, expressamente mencionadas na passagem citada, mas não se estendem às noções existenciais gerais, vale dizer, às noções gerais que suprassumem as noções individuais sob gêneros, tais como a noção de “homem”, por exemplo, sob a qual cai a noção individual “Adão”. É o que parece roborar a sequência da passagem, onde lemos que:

de Dieu), mais aussi comme possibles seulement. Car comme il y a une infinité de mondes possibles, il y a aussi une infinité de lois, les unes propres à l'un, les autres à l'autre, et chaque individu possible de quelque monde enferme dans sa notion les lois de son monde."

- 14 “[...] la liaison, que je conçois entre Adam et les événements humains est intrinsèque, mais elle n’est pas nécessaire indépendamment des décrets libres de Dieu, parce que les décrets libres de Dieu, pris comme possibles entrent dans la notion de l’Adam possible, ces mêmes décrets devenus actuels étant la cause de l’Adam actuel. Je demeure d’accord avec vous contre les Cartésiens que les possibles sont possibles avant tous les décrets de Dieu actuels ; mais non sans supposer quelques fois les mêmes décrets pris comme possibles.”

[...] as possibilidades dos indivíduos ou das verdades contingentes encerram na sua noção a possibilidade de suas causas, a saber, os decretos livres de Deus; no que elas são diferentes das possibilidades das espécies ou das verdades eternas, que dependem unicamente do entendimento de Deus, sem supor Sua vontade, como já expliquei acima. (AA II 2, N. 14, pp. 73)¹⁵.

A objeção, contudo, não resiste a uma inspeção mais acurada da acepção sob a qual Leibniz emprega o termo “espécie” no contexto de sua discussão com Arnauld. Como veremos com mais detalhe, ele aí reserva a palavra “espécie” à acepção que qualifica como matemática ou metafísica desse termo, conforme explicará alguns anos mais tarde, nos *Novos Ensaíos* (Doravante: *NE*). Segundo essa acepção matemática ou metafísica, “espécie” designaria uma noção ou descrição que não acomodaria nenhuma especificação ulterior, de tal sorte que todas as eventuais diversas instâncias de uma mesma espécie seriam forçosamente indistinguíveis entre si do ponto de vista qualitativo. Isso por oposição à acepção que Leibniz qualifica como física, que designaria os resultados das categorizações que os humanos forjam do que lhes é dado sensivelmente, amparados em relações de semelhança e, em muitos casos, especialmente nas taxonomias, na noção de geração. Sob essa última acepção, a palavra “espécie” designaria os tipos constituídos com base em elencos de notas ou características comungadas por uma diversidade de instâncias distintas entre si por outras notas ou características. Nos *NE*, Leibniz chama a atenção

15 “[...] *les possibilités des individuels ou des vérités contingentes, enferment dans leur notion la possibilité de leur causes, savoir des decrets libres de Dieu; en quoi elles sont différentes des vérités éternelles ou des possibilités des espèces qui dépendent du seul entendement de Dieu sans en présupposer la volonté, comme je l’ai déjà expliqué ci-dessus.*”

para essa polissemia da palavra “espécie” em um trecho longo que, contudo, em virtude de seu vigor explicativo, merece ser reproduzido:

Em rigor matemático, a mínima diferença que faz que duas coisas não sejam semelhantes em tudo faz que elas *difiram em espécie*. É assim que na geometria todos os círculos são de uma mesma espécie, já que são todos perfeitamente semelhantes, e pela mesma razão todas as parábolas são de uma mesma espécie, mas não se passa o mesmo com as elipses e as hipérbolas, pois há uma infinidade de tipos ou espécies, embora haja também uma infinidade dentro de cada espécie. Todas as inúmeras elipses, nas quais a distância entre os focos tenha uma mesma razão relativamente à distância entre os vértices, são de uma mesma espécie; mas, como as razões entre essas distâncias só variam em grandeza, segue-se que todas essas *espécies* infinitas das elipses constituem apenas um único *gênero* e que não há mais subdivisões [...]. Assim sendo, dois indivíduos físicos não serão nunca perfeitamente semelhantes e, o que é mais, o mesmo indivíduo passará de espécie em espécie, pois ele não é nunca semelhante em tudo a si próprio durante mais de um momento. Mas, ao estabelecerem espécies físicas, as pessoas de modo nenhum procedem com todo esse rigor e depende delas dizer que uma massa, que elas próprias podem fazer regressar à forma primitiva, permaneça a seu respeito numa mesma *espécie*. Assim, costumamos dizer que a água, o ouro, o mercúrio, o sal comum se conservam, limitando-se a aparecer disfarçados nas mudanças ordinárias: mas nos corpos orgânicos ou nas espécies das plantas e dos animais nós definimos a espécie pela geração, de maneira que todo o semelhante, que vem ou poderia ter vindo de uma mesma origem ou semente, seria de uma mesma espécie (NE III, vi, §14, pp. 212-213 – GP V, pp. 287-288)¹⁶.

16 “Dans la rigueur mathématique la moindre différence qui fait que deux choses ne sont point semblables en tout fait qu’elles diffèrent d’espèce. C’est ainsi qu’en géométrie tous les cercles sont d’une même espèce, car ils sont tous semblables parfaitement, et par la même raison toutes les paraboles aussi sont d’une même espèce, mais il n’en est pas de même des ellipses et des hyperboles, car il y en a infinité de sortes ou d’espèces, quoiqu’il y en ait aussi une infinité de chaque espèce. Toutes les ellipses innombrables, dans lesquelles la distance des foyers a la même raison à la distance des sommets, sont d’une même espèce; mais comme les raisons de ces distances ne varient qu’en grandeur, il s’ensuit que toutes ces espèces infinies des ellipses ne font qu’un seul genre, et qu’il n’y a plus de sous-divisions [...]. De cette façon deux individus physiques ne seront jamais parfaitement d’une espèce, car ils ne seront jamais parfaitement semblables, et, qui plus est, le même individu

Leibniz introduz a distinção ponderando que nessa dupla acepção da palavra “espécie” reside a “ambiguidade que causa todos esses embaraços” relativos à noção de espécie. No contexto da correspondência com Arnauld ele propõe, visando evitar a ambiguidade e, conseqüentemente, os embaraços que dela decorrem, que se reserve a palavra “espécie” à acepção matemática desse termo. É o que vemos expressamente enunciado em uma carta ao landgrave Ernst von Hessen-Rheinfels, onde Leibniz, aludindo ao mesmo exemplo da elipse que vemos nos *Novos Ensaios*, pede-lhe socorro para esclarecer detalhes conceituais e teóricos a Arnauld. Apelando para a autoridade de Tomás de Aquino¹⁷, ele argumenta:

Se São Tomás pode sustentar que toda inteligência separada difere especificamente de toda outra, que mal haveria em dizer o mesmo de toda pessoa, e de conceber os indivíduos como espécies últimas, desde que se tome “espécie” não fisicamente, mas sim metafísica ou matematicamente? Pois na física, quando uma coisa engendra seu semelhante, diz-se que eles são de uma mesma espécie, mas na metafísica ou na geometria “podemos dizer que diferem especificamente aqueles que guardam entre si uma diferença consistente em uma noção explicável em si, como duas elipses das quais uma tem uma dupla razão entre os dois eixos maior e menor, e a outra tem uma razão tripla. Mas duas elipses que não diferem por nenhuma razão dos eixos e, por conseguinte, por nenhuma diferença explicável em si, mas apenas pela grandeza ou comparação, não têm diferença

passera d'espèce en espèce, car il n'est jamais semblable en tout à soi-même au delà d'un moment. Mais les hommes établissant des espèces physiques ne s'attachent point à cette rigueur et il dépend d'eux de dire qu'une masse qu'ils peuvent faire retourner eux-mêmes sous la première forme demeure d'une même espèce à leur égard. Ainsi nous disons que l'eau, l'or, le vif-argent, le sel commun le demeurent et ne sont que déguisés dans les changements ordinaires : mais dans les corps organiques ou dans les espèces des plantes et des animaux nous définissons l'espèce par la génération, de sorte que ce semblable, qui vient ou pourrait être venu d'une même origine ou semence serait d'une même espèce.”

17 Para uma discussão a respeito, ver Piauí (2011, p. 271 et seq.).

*específica. Deve-se saber, contudo, que seres completos não podem diferir unicamente quanto à grandeza*¹⁸.

Essas considerações lançam luz sobre as motivações de Leibniz para contrastar, ao longo da correspondência com Arnauld, “Adão”, enquanto exemplo de nome designando uma noção individual, com “esfera”, enquanto exemplo de nome relativo a uma espécie. De fato, diferentemente de elipse, a noção geométrica de esfera satisfaz a acepção matemática ou metafísica da palavra “espécie”, sendo tal que suas diferentes instâncias não podem se distinguir entre si senão em termos meramente quantitativos. Já uma noção como a designada pela palavra “humano” – que à primeira vista pareceria mais naturalmente opor-se àquela designada por “Adão”, tendo em vista o contraste entre noção específica e individual – não satisfaria essa acepção restrita da palavra “espécie”, visto acomodar diferenças qualitativas entre suas diversas instâncias. Noções resultantes das categorizações que fazemos do que nos é dado pelos sentidos, tais como a designada por “humano”, satisfariam a acepção física de espécie, para a qual, contudo, Leibniz, visando precaver-se das armadilhas que as ambiguidades comumente escondem, evita empregar a

18 *“Enfin si S. Thomas a pu soutenir, que toute intelligence séparée diffère spécifiquement de toute autre, quel mal y aurait-il d’en dire autant de toute personne, et de concevoir les individus comme les dernières espèces, pourvu que l’espèce soit prise non pas physiquement, mais métaphysiquement ou mathématiquement. Car dans la physique, quand une chose engendre son semblable, on dit qu’ils sont d’une même espèce, mais dans la métaphysique ou dans la géométrie specie differre dicere possumus quaecunque differentiam habent in notione in se explicabili consistentem, ut duae Ellipses, quarum una habet duos axes majorem et minorem in ratione dupla, altera in tripla. At vero duae Ellipses, quae non ratione axium, adeoque nullo discrimine in se explicabili, sed sola magnitudine seu comparatione differunt, specificam differentiam non habent. Sciendum est tamen Entia completa sola magnitudine differre non posse.”*

palavra “espécie”, como vimos na carta dirigida ao landgrave. Seria um equívoco, portanto, depreender, da ocorrência da palavra “espécie” no trecho da carta a Arnauld citado precedentemente, que as noções gerais que forjamos a partir de relações de semelhança tecidas com base na experiência configurem espécies na acepção rigorosa sob a qual Leibniz emprega o vocábulo na passagem. Tais noções empíricas gerais têm sua origem nos raciocínios que construímos com o socorro da experiência e estariam, nesse sentido, mais próximas do que Leibniz considera serem partes de noções individuais ou indivíduos tomados *sub ratione generalitatis*¹⁹, conforme examinaremos adiante. Tendo esse teor, tais noções partilhariam a natureza contingente dos sensíveis que embasam suas construções, antes que a natureza das verdades eternas que descrevem as espécies, entendidas no sentido estrito matemático ou metafísico.

Podemos com base nesses resultados dirimir uma derradeira dificuldade, intrinsecamente conexa com esse assunto. Essa dificuldade é erguida por Edgar Marques (2014, p. 37), que, amparando-se em uma passagem do opúsculo *De Libertate, Fato, Gratia Dei*, sugere que, para Leibniz, nem toda proposição sobre contingentes seria uma proposição contingente, mas, antes, algumas proposições sobre indivíduos contingentes seriam proposições necessárias e – poderíamos aqui concluir – essenciais. A passagem é a seguinte:

[...] nessa noção de Pedro possível que se apresenta a Deus estão contidas não somente noções essenciais, quer dizer, necessárias – as quais decorrem de noções incompletas ou específicas, que são demonstradas a partir dos termos de tal sorte que seu contrário

19 Cf. AA II 2, N. 11, pp. 48-49.

implica contradição –, mas também noções existenciais ou, por assim dizer, contingentes, porque pertence à natureza da substância individual ter uma noção tão perfeita e completa que contém todas as circunstâncias individuais, mesmo aquelas mínimas. (AA VI, 4, N. 309, p. 1600).²⁰

Marques parece presumir que, ao mencionar “noções essenciais, quer dizer, necessárias”, que decorreriam de “noções incompletas ou específicas”, Leibniz estaria se referindo ao que acima foi designado por “noções gerais” ou “espécies físicas”, cujos conteúdos, como visto, seriam ou envolveriam noções sensíveis, vale dizer, *a posteriori*. Essa sugestão, porém, não apenas não soa necessária, como tampouco se coaduna com a acepção estrita sob a qual vimos que Leibniz emprega a palavra “espécie”. Ela não se coaduna com o uso que Leibniz faz da palavra “espécie” na medida em que presume uma acepção física dessa palavra, precisamente a acepção que Leibniz descarta em favor da acepção matemática, que exclui as noções conhecidas *a posteriori*. E ela não soa necessária porque não parece necessário supor outras proposições necessárias sobre os contingentes além daquelas que Leibniz considera verdadeiras independentemente da maneira consoante a qual Deus criou o mundo – as quais são as proposições que versam sobre a estrutura formal dos existentes, isto é, do mundo contingente. De fato, para que um contingente qualquer exista, ele deve ser possível e, nesta medida, deve verificar todas as verdades

20 “[...] *in hac completa Petri possibilis notione quam Deo obversari concedo contineri non tantum essentialia, seu necessaria, quae scilicet ex notionibus incompletis sive specificis fluunt, adeoque ex terminis demonstrantur, ita ut contrarium implicet contradictionem, sed et contineri, existentialia ut ita dicam sive contingentia, quia de natura substantiae individualis est, ut notio ejus sit perfecta atque completa, omnesque circumstantias individuales etiam contingentes ad minima usque contineat [...]*”.

necessárias que descrevem a estrutura formal comungada pelos existentes enquanto possíveis, conforme já discutido precedentemente. As verdades matemáticas são exemplos desse gênero de verdades necessárias, das quais nenhum existente poderia oferecer um contra-exemplo. Tais verdades, por seu turno, articulam as noções das espécies, entendidas no sentido restrito que Leibniz lhes reserva, como visto acima, o que acomoda o trecho mencionado por Marques aos resultados já obtidos precedentemente. Assim, a afirmação de que na “noção de Pedro possível [...] estão contidas não somente noções essenciais” que “decorrem de noções incompletas ou específicas, que são demonstradas a partir dos termos de tal sorte que seu contrário implica contradição”, mas também “noções existenciais ou, por assim dizer, contingentes”, pode bem ser interpretada como a afirmação de que a noção de Pedro possível encerra não apenas as verdades necessárias que essa noção deve satisfazer para integrar um mundo possível qualquer, mas também as verdades contingentes que essa noção deve satisfazer para evidenciar-se uma noção constitutiva de um mundo possível determinado.

Assim como noções gerais não podem ser confundidas com espécies, no sentido estrito em que Leibniz emprega essa palavra, ou verdades eternas, tampouco proposições gerais ou universais que articulam conteúdos empíricos, tais como “*o homem é animal*” ou “*todo homem é animal*”, podem ser assimiladas a verdades eternas ou proposições essenciais aos olhos de Leibniz. Afinal, supor que haja duas versões de uma proposição como “*o homem é animal*” ou “*todo homem é animal*” – uma versão essencial e uma versão existencial – implica

supor, na esteira de Russell, que a existência seria um conceito independente e separado do conceito de essência. No caso desses exemplos, essa suposição corresponderia a supor que a palavra “*existe*” deva corresponder a um conceito que poderia ser acrescentado à articulação pretensamente essencial “*o homem é (possivelmente) animal*”. Ora, como já examinado, essa não se revelou uma maneira adequada de entender a concepção leibniziana de existência.

Outras dificuldades lógicas emergem quando se assume que proposições gerais existenciais tenham uma versão essencial. Segundo Leibniz, se tais proposições remetessem não somente aos existentes, mas devessem ser estendidas também às meras noções, toda proposição universal negativa redundaria necessária. Daí resultaria que a proposição afirmativa correspondente à sua negação seria também necessária. No §130 das *GI*, ele pondera:

Verdadeira, então, é a proposição que pode ser provada. *Falsa* é a proposição que não é verdadeira. *Impossível* é a proposição na qual intervém algum termo [contraditório]. *Possível* é a que não é impossível. Acaso, então, toda universal negativa seria impossível? Assim parece ser quando se entende as proposições como pertinentes às noções e não às coisas existentes, como se ao dizer, por exemplo, ‘*nenhum homem é animal*’, eu concebesse essa negação como concernente não apenas aos homens existentes. Daí se seguiria, todavia, que o que é negado a respeito de um indivíduo singular, como Pedro, é negado a seu respeito de maneira necessária. É preciso, portanto, negar que toda universal negativa seja impossível, e então se poderá responder à objeção dizendo que ‘*A contém não-B*’ é provada seja por uma demonstração, quer dizer, por uma resolução acabada, seja somente por uma resolução que pode ser continuada ao infinito, e que permanece, por conseguinte, sempre inacabada. O enunciado é,

portanto, certo, mas em verdade não necessário, pois não pode jamais ser reduzido ao enunciado idêntico, ou seu oposto ao contraditório.²¹

Essa passagem reforça o diagnóstico de que, segundo Leibniz, as noções relativas aos contingentes, tanto gerais quanto singulares – bem como as proposições nas quais elas figuram – têm suas condições plenas de conotação – e, correlativamente, de sentido – delimitadas pelo conjunto de contingentes que devem emergir em suas respectivas análises infinitas. De tal maneira que, como sublinha ele, aquelas noções e proposições devem ser tomadas por remissão aos existentes que encerram suas condições de verificação. Assim, exatamente como no caso das proposições que versam sobre singulares, também no caso das proposições gerais relativas aos existentes, a prova da verdade ou da falsidade envolve o infinito e deve ser medida por sua consistência ou não com as restantes proposições verificadas verdadeiras. Essas considerações permitem-nos sustentar que, segundo Leibniz, uma proposição como “nenhum homem é animal”, mesmo que, em sua gramática de superfície, exiba o verbo “é”, antes que “existe”, é analisável ao infinito e, por conseguinte, é, como tal, existencial, sendo, pois, contingente.

21 “Vera autem propositio est quae probari potest. Falsa quae non est vera. Impossibilis quam ingreditur terminus [contradictorius]. Possibilis quae non est impossibilis. An igitur omnis universalis negativa impossibilis? Ita esse videtur, quia intelligitur de notionibus non de rebus existentibus ut si dico Nullum hominem esse animal, non id intelligo tantum de existentibus hominibus, sed hinc sequetur quod de singulari aliquo ut Petro negetur, necessario de eo negari. Igitur negandum est omnem Universalem Negativam esse impossibilem, et ad objectionem responderi potest, A continere non-B, probari vel demonstratione seu resolutione perfecta, vel non nisi resolutione in infinitum continuabili seu semper imperfecta. Itaque certum est quidem non vero necessarium, quia nunquam reduci potest ad identicam vel oppositam ad contradictoriam”.

Compreende-se a partir daí por que no §144 das *GI*, já citado precedentemente, Leibniz seleciona duas proposições completamente diferentes para ilustrar a distinção entre as proposições de segundo adjacente e de terceiro adjacente. Para as proposições de essência, seu exemplo é tomado das relações entre as noções de círculo e de figura de duas dimensões. Já para ilustrar as proposições existenciais, ele se serve da proposição universal “*todo homem está fadado ao pecado*”. Claro que, se houvesse uma versão essencial desta última, Leibniz não teria motivo para dar-se ao trabalho de procurar dois exemplos distintos, porquanto um apenas bastaria, qual seja, o último. Aliás, seria inclusive desejável que ele o fizesse, pois então, graças ao contraste entre o que distingue o caráter existencial do pretense caráter essencial de um mesmo conteúdo, ele poderia oferecer uma explicação mais precisa da diferença entre essência e existência.

Seria possível objetar que Leibniz por vezes parece considerar *sub ratione generalitatis*, e, portanto, como noções essenciais ou universais, vale dizer, como espécies matemáticas, não apenas noções como a de esfera – que poderia ser tomada, de uma parte, apenas *more geometrico*, e de outra, como a forma atribuída a um corpo sensível particular – mas também noções como a do Adão possível. Como lemos em uma carta a Arnauld:

Quando se considera em Adão uma parte dos seus predicados, por exemplo que ele é o primeiro homem, colocado em um jardim de prazer, de cuja costela Deus extrai uma mulher, e coisas semelhantes concebidas *sub ratione generalitatis* (quer dizer sem nomear Eva, o paraíso e outras circunstâncias que completam a individualidade), e que se chama Adão a pessoa a quem esses predicados são atribuídos,

isso tudo não é de modo algum suficiente para determinar o indivíduo, pois pode haver uma infinidade de Adões, quer dizer, de pessoas possíveis a quem isso convém, diferentes entre si. E muito longe de discordar do que o sr. Arnauld diz contra esta pluralidade de um mesmo indivíduo, eu mesmo tinha me servido disso para melhor fazer entender que a natureza de um indivíduo dever ser completa e determinada. [...]

Segue-se também que não seria o nosso Adão, mas um outro, se ele tivesse tido outros eventos, pois nada nos impede de dizer que seria um outro. É, portanto, um outro. Bem nos parece que este bloco de mármore trazido de Gênova teria sido totalmente o mesmo ainda quando se o tivesse deixado lá, porque nossos sentidos nos habilitam a julgar apenas superficialmente, mas no fundo, por causa da conexão das coisas, todo o universo com todas as suas partes, seria outro, e teria sido um outro desde o início se a mínima coisa acontecesse diferentemente do que ela acontece. Nem por isso os eventos são necessários, mas eles são certos depois da escolha que Deus fez deste universo possível, cuja noção contém uma tal sequência de coisas. (AA II 2, N. 11, pp. 48-49)²².

Para responder a essa objeção, deve-se começar por considerar a origem, aos olhos de Leibniz, da “infinidade dos Adões possíveis”, que emerge quando

22 *“Quand on considère en Adam une partie de ses prédicats, par exemple, qu’il est le premier homme, mis dans un jardin de plaisir, de la côte duquel Dieu tire une femme, et choses semblables conçues sub ratione generalitatis (c’est à dire sans nommer Ève, le paradis et autres circonstances qui achèvent l’individualité), et qu’on appelle Adam la personne à qui ces prédicats sont attribués, tout cela ne suffit point à déterminer l’individu, car il y peut avoir une infinité d’Adams, c’est à dire de personnes possibles à qui cela convient différentes entre elles. Et bien loin que je disconviene de ce que M. Arnaud dit contre cette pluralité d’un même individu, je m’en étais servi moi-même pour faire mieux entendre que la nature d’un individu doit être complète et déterminée [...]”*

“Il s’ensuit aussi que ce n’aurait pas été notre Adam, mais un autre, s’il avait eu d’autres événements, car rien ne nous empêche de dire que ce serait un autre. C’est donc un autre. Il nous paraît bien que ce carré de marbre apporté de Genes aurait été tout à fait le même, quand on l’y aurait laissé, parce que nos sens ne nous font juger que superficiellement, mais dans le fonds à cause de la connexion des choses, tout l’univers avec toutes ses parties serait tout autre, et aurait été un autre dès le commencement, si la moindre chose y allait autrement qu’elle ne va. Ce n’est pas pour cela que les événements soient nécessaires, mais c’est qu’ils sont certains après le choix que Dieu a fait de cet univers possible, dont la notion contient cette suite de choses.”

Adão é considerado *sub ratione possibilitatis*. Leibniz situa a origem de uma tal infinidade na natureza contingente da relação entre nosso ancestral mítico e cada um dos predicados que são verdadeiros dele e o fazem satisfazer um conceito completo quando tomados em conjunto. É porque nenhuma contradição expressa decorre da suposição da falsidade da pretensa verdade existencial que enuncia que esse Adão viveu em um jardim idílico, por exemplo, ou da que enuncia que Eva nasceu de sua costela²³, que estamos seguros de que Deus poderia ter feito outras escolhas além daquela que abarca o Adão preciso que supostamente existiu. De fato, para cada um dos infinitos predicados atribuídos verdadeiramente a nosso pretense ancestral, pode-se construir uma proposição negando a atribuição respectiva, e podemos estar certos de que tal negação não encerra nenhuma contradição expressa, permanecendo, portanto, uma falsidade meramente contingente, a qual daria origem à conjectura do que poderíamos designar um outro Adão possível. A contradição que uma conjectura assim encerra teria um teor estritamente condicional, vale dizer, emergiria somente uma vez assumidas certas proposições contingentes como verdadeiras. Tal contradição, portanto, não é absoluta, mas, configura-se uma mera impossibilidade. Afinal, como já

23 Segundo um estudo recente (ZEVIT, 2015, p. 41), a palavra hebraica “*tsela*”, que lemos no Antigo Testamento, *Genesis 2:21*, não deveria ser traduzida por “costela”, mas sim por “*baculum*”, em alusão a um osso peniano que se encontra em alguns mamíferos. De acordo com essa nova interpretação da passagem bíblica, essa escolha divina de tomar o *baculum* para dele fazer a Eva explicaria por que o homem, à diferença de outros mamíferos, não tem esse osso peniano.

visto, toda proposição existencial é sempre e radicalmente contingente, visto que sua análise envolve o infinito.

Dessa perspectiva, outros Adões permaneceriam possíveis, visto que toda proposição veiculando a negação de uma pretensa verdade concernente a nosso Adão existente seria uma proposição existencial e, como tal, contingente. Se essas proposições fossem essenciais, suas demonstrações se consumariam em um número finito de passos, tornando logicamente impossível qualquer alternativa contrária ao que elas enunciam. Vemos, portanto, que aos olhos de Leibniz as infinidades de Adões possíveis não remetem a uma pretensa espécie matemática eterna “Adão” – que Leibniz, afinal, sequer parece admitir –, mas se construiriam a partir de contrafactuais formulados por negações de atribuições contingentes verdadeiras ao Adão admitido existente. Assim entendidos, esses contrafactuais não transpõem a esfera dos existentes contingentes. Ao contrário, confinam-se aos seus limites.

4 Conclusão

Se essa saída responde à objeção, vemos confirmada a conclusão já obtida precedentemente, e que pode ser sintetizada sob a consideração de que, uma vez admitida a distinção entre noções ou proposições essenciais e existenciais em termos de noções ou proposições necessárias e contingentes, e admitida, ainda, a correlação entre proposições contingentes e análise infinita, por um

lado, e proposições necessárias e análise finita, por outro, resulta que, para Leibniz, não apenas as noções dos indivíduos se determinam enquanto tais – isto é, enquanto noções – por referência ao mundo possível a que correspondem, mas também as noções gerais, se relativas a existentes, tais como as noções de “homem” ou “pedra”, têm suas condições de significação ou denotação determinadas por referência ao mundo possível em que são instanciadas. Correlativamente, não podemos conjeturar noções ou contrafactuais senão por referência às noções que constituímos para descrever o mundo existente e é esse todo o horizonte de significatividade ou valor de verdade das noções que formulamos. Outros mundos possíveis, as pretensas noções supostamente instanciadas nesses mundos, são-nos, portanto, inacessíveis.

Referências

LEIBNIZ, G. *Opuscles philosophiques choisis*. Trad. de P. Schrecker. Paris: Vrin, 2001. Citado como *OPC*.

LEIBNIZ, G. *Die Philosophischen Schriften*. Ed. C. I. Gerhardt. Hildesheim: George Olms Verlag, 1996. Citado como *GP*.

LEIBNIZ, G. *Novos Ensaios Sobre o Entendimento Humano*. Trad. de A. Cardoso. Lisboa: Colibri, 2004. Citado como *NE*.

LEIBNIZ, G. W. *Opuscles et fragments inédits. Extraits des manuscrits de la Bibliothèque Royale de Hanovre*. Ed. de L. Couturat. Hildesheim: George Olms Verlag, 1988. Citado como OFI.

LEIBNIZ, G. *Sämtliche Schriften und Briefe*. Ed. Deutschen Akademie der Wissenschaften zu Berlin. Berlin: Akademie Verlag, 1923-. Séries I-VIII. Citado como AA.

ISHIGURO, H. *Leibniz's Philosophy of Logic and Language*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

MARQUES, E. Contingência e complexidade infinita: o problema da prova sortuda. *Revista DoisPontos*, Curitiba/São Carlos, v. 11, n. 2, pp. 29-46, 2014.

MARQUES, E. Leibniz e os decretos divinos possíveis. *Síntese*, Belo Horizonte, v. 36, n. 116, pp. 417-426, 2009.

MATES, B. *The Philosophy of Leibniz. Metaphysics and Language*. Oxford: Oxford University Press, 1986.

MATES, B. Leibnizian Possible Worlds and Related Modern Concepts. In: THE LEIBNIZ RENAISSANCE. International Workshop: Firenze, 2-5 giugno 1986. Firenze: Leo Olschki Editore, 1989, pp. 173-190. (Biblioteca di Storia della Scienza, v. 28).

MOREIRA, V. *Contínuo e Contingência I: Estrutura e alçada da lei de continuidade na filosofia de Leibniz*. Curitiba/Lisboa: Kotter/Colibri, 2019.

PIAUÍ, W. Noção completa de uma substância individual e infinito em Leibniz. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, vol. 21, jan.-jun., pp. 256-287, 2011.

PINHEIRO, U. Contingência e Análise Infinita em Leibniz. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 104, pp. 72-96, 2001.

<i>Rev. Helius</i>	Sobral	v. 3	n. 1	pp. 4-35	jan./jun. 2020
--------------------	--------	------	------	----------	----------------

RUSSELL, B. *A Critical Exposition of The Philosophy of Leibniz*. Londres: Routledge, 1992.

ZEVIT, Z. Was Eve Made from Adam's Rib or His Baculum? *Biblical Archaeology Review*, v. 41, pp. 32-35, 2015.



Esta obra está licenciada sob a licença [Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).